



RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA – RAINT EXERCÍCIO DE 2015

I – INTRODUÇÃO

O presente Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT) tem por objetivo apresentar as principais informações sobre as atividades constantes do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) que foram executadas durante o exercício de 2015. Além das ações previstas, expõem ainda algumas ações não previstas, mas que exigiram atuação direta desta Auditoria Interna.

Devido a questões de operacionalização, o cronograma de execução constante do PAINT/2015 sofreu algumas alterações com relação ao começo e fim de algumas auditorias e cancelamento de outras.

No que tange ao normativo para a realização deste documento, cabe ressaltar que ele foi elaborado para atender ao que determina a Controladoria-Geral da União (CGU), mediante a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, Capítulo III, arts. 14 e 15.

Nesse sentido, serão apresentadas as auditorias realizadas conforme o PAINT; as auditorias realizadas não previstas no PAINT; a opinião sobre a maturidade dos controles avaliados; os trabalhos previstos no PAINT, mas não realizados ou concluídos; os fatos relevantes que impactaram no desempenho das atividades desta Unidade; as ações de capacitação realizadas; a quantidade de recomendações emitidas e implementadas no exercício de 2015; e os benefícios decorrentes da atuação da Auditoria Interna.

II – TRABALHOS DE AUDITORIA PREVISTOS E REALIZADOS

As atividades desenvolvidas no ano de 2015 pela Auditoria Interna abarcaram os seguintes assuntos:

- a) verificação dos cronogramas de implementação das recomendações constantes dos documentos expedidos durante o exercício de 2014;
- b) elaboração do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAINT) do exercício de 2014;
- c) acompanhamento e encaminhamento dos Acórdãos/Decisões emanados do Tribunal de Contas da União (TCU) às respectivas unidades ou setores que integram à Fundação Universidade de Brasília (FUB); e acompanhamento das recomendações emanadas da Controladoria-Geral da União;
- d) avaliação de controles internos da Diretoria de Compras, Prefeitura do *Campus* e da Biblioteca Central no que se referem às aquisições realizadas;
- e) avaliação de controles internos do Almoxarifado Central da FUB;



- f) avaliação de controles internos da Diretoria de Contabilidade e Finanças;
- g) avaliação de controles internos do Centro de Desenvolvimento Tecnológico – CDT;
- h) elaboração do PAINT para o exercício de 2015; e
- i) análise preventiva de editais.

Os trabalhos foram realizados por 7 (sete) servidores, incluindo o Auditor-Chefe. Das (13) treze ações de controle previstas, executaram-se (10) dez ações, o que corresponde, aproximadamente, a 77% (setenta e sete por cento) do quantitativo de itens inicialmente previstos.

Em relação à descrição dos trabalhos realizados, a ação **“Verificação dos cronogramas de implementação das recomendações constantes dos documentos expedidos durante o exercício de 2014”** foi realizada da seguinte forma: as recomendações expedidas foram acompanhadas e controladas mediante planilha Excel, denominada Plano de Providência Permanente (PPP), na qual se registraram as informações inerentes a cada recomendação expedida, tais como ação de auditoria originária, descrição, manifestação da unidade, prazo de implementação e *status* da recomendação, para fins de controle. A partir do vencimento do prazo acordado com a unidade auditada para implementação da recomendação, foi realizada ação de controle com o propósito único de verificar se a recomendação fora atendida. Esta ação foi registrada na planilha de controle e, posteriormente, comunicada à referida unidade o posicionamento da AUD acerca da avaliação realizada.

O item **“Elaboração do Relatório Anual das Atividades de Auditoria Interna (RAINT) do exercício de 2014”** foi realizado segundo as normas estabelecidas pela Controladoria Geral da União previstas nas Instruções Normativas nºs 07, de 29 de dezembro de 2006, e 01, de 3 de janeiro de 2007, e contemplou as atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna da Fundação Universidade de Brasília (FUB) no exercício de 2014.

Quanto aos itens **“Acompanhamento e encaminhamento dos Acórdãos/Decisões emanados do Tribunal de Contas da União (TCU) às respectivas unidades ou setores que integram à Fundação Universidade de Brasília (FUB); e acompanhamento das recomendações emanadas da Controladoria-Geral da União”**, obteve-se o seguinte resultado: o Tribunal de Contas da União (TCU) exarou 52 (cinquenta e dois) Acórdãos relacionados à FUB, dentre esses, identificou-se a presença de 49 (quarenta e nove) determinações e de 03 (três) recomendações, destacando-se o cumprimento de 42 determinações e de todas as recomendações emanadas. A maior parte dos acórdãos emitidos dirige-se ao DGP e remetem ao registro de aposentadoria. Ressalta-se que 03 (três) acórdãos encontram-se na condição de não atendido ou parcialmente atendido.

No que tange ao acompanhamento das recomendações exaradas pela CGU, foram realizadas 03 (três) ações de controle junto à FUB. Da realização dessas atividades, resultou a formulação de 21 (vinte e uma) recomendações, as quais se apresentam de forma estruturante; apuração de responsabilidade; reposição ao Erário; e de abertura de tomada de contas



especial.

As recomendações ainda não foram implementadas pelas áreas auditadas, todavia se encontram dentro do prazo estabelecido aos gestores para adoção das medidas saneadoras propostas pela CGU.

Quanto ao efetivo acompanhamento das recomendações, cabe informar que a partir do segundo semestre de 2015 foi implementado pela CGU o sistema Monitor, feito por meio eletrônico, cuja utilização viabiliza o acompanhamento do atendimento às ações de controle, possibilitando atuação de forma ampla e abrangente.

A AUD é o Centro de Custos responsável por cadastrar os servidores da FUB que irão alimentar o sistema; que irão proceder à análise das respostas inseridas; e que irão fazer o encaminhamento à CGU para as respectivas análises, conforme perfil estabelecido no próprio sistema. Todas as transações ocorrem via sistema. Cabe à AUD também acompanhar a implementação das recomendações pelas as áreas auditadas.

A ação de auditoria, materializada na expedição da Nota Técnica nº 07/2015, **“Avaliação de controles internos da Diretoria de Compras, Prefeitura do *Campus* e da Biblioteca Central no que se referem às aquisições realizadas”**, foi realizada com alteração do escopo de trabalho previsto no PAINT 2015, o qual passou a avaliar os controles internos relativos à atuação dos pregoeiros da Diretoria de Compras e da Prefeitura do *Campus*, considerando a criticidade identificada sobre o referido tema. Como resultado, identificou-se a necessidade do fortalecimento da promoção da ética para os servidores que exercem a função de pregoeiro; a ausência de instrumentos de monitoramento e de desempenho das áreas analisadas, no que concerne à atuação dos pregoeiros; e de regras para a designação e treinamento de pregoeiros.

Para a realização da ação **“Avaliação de controles internos do Almoxarifado Central da FUB”**, o qual resultou no Relatório de Auditoria nº 20151391, buscou-se avaliar os controles internos da Diretoria de Gestão de Materiais (DGM), responsável pelo Almoxarifado Central, em nível de atividades de controle, com foco nas relacionadas aos processos de recebimento, armazenagem e entrega de materiais de consumo.

Em decorrência dessa avaliação, identificou-se a existência de deficiências nos controles gerenciais e de acompanhamento; nos controles legais e na formalização de procedimentos das atividades de recebimento e entrega dos materiais de consumo; e na estrutura física utilizada para o armazenamento desses materiais.

Quanto à ação **“Avaliação de controles internos da Diretoria de Contabilidade e Finanças”**, materializada na Nota Técnica nº 08/2015, avaliou-se os controles das atividades da Diretoria, especialmente os relacionados à segregação de funções. Como resultado desse trabalho identificou-se a ausência de uma política para rotatividade de funções na Unidade e de elaboração de manuais internos para orientar o desenvolvimento das atividades.

No que se refere à ação **“Avaliação de controles internos do Centro de Desenvolvimento Tecnológico – CDT”**, materializada na Nota Técnica nº 09/2015, avaliou-se os controles desse Centro, com ênfase na área de contabilidade. Como resultado,



identificaram-se fragilidades no aspecto da segregação de funções, em que apenas um servidor é responsável pelos pregões, emissão de notas de empenho das ordens bancárias; e a participação de servidores do CDT em projetos sem que esteja demonstrada o exercício de atividade diversa da inerente de seus próprios cargos, o que impossibilitaria o recebimento de recursos financeiros. Quanto à falta de segregação de funções, tal fato pode ser decorrência da carência do quantitativo de servidores lotados no referido Centro de Custos.

Também foi realizada a atividade “**Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna 2015 (PAINT 2015)**”, na qual se priorizou o planejamento de ações voltadas para a avaliação de controles internos, a exemplo da relacionada à Diretoria de Compras (DCO) e ao Hospital Veterinário (HVET); e bem como uma ação voltada à avaliação de atividade-fim da Universidade de Brasília (UnB), qual seja a análise do desempenho de cursos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). Terá ainda continuidade a ação “análise preventiva de editais”.

Por fim, foi realizada a ação “**análise preventiva de editais**”, que resultou na edição de 07 (sete) Notas de Auditoria; 07 (sete) Atas de Reunião; e 01 (uma) Nota Técnica.

Como resultado geral dessa atividade, foram identificados casos de cláusulas restritivas à competitividade dos certames e exigências de condições habilitatórias que extrapolavam os normativos legais; e a utilização de licitação para registro de preços sem o a observância das hipóteses elencadas no art. 3º do Decreto nº 7.892/2013. Verificou-se ainda a repetição das mesmas observações efetuadas nas Notas de Auditoria ao longo de todo o exercício financeiro de 2015.

III – ANÁLISE CONSOLIDADA ACERCA DO NÍVEL DE MATURAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, COM BASE NOS TRABALHOS REALIZADOS

Considerando as ações de controle desenvolvidas pela AUD em 2015 e as unidades auditadas, verifica-se que a FUB expressa baixa capacidade de identificar, evitar e corrigir desconformidades na condução de seus processos internos. Tal fato é decorrente do nível de controle ser do tipo fraco ou insatisfatório, em que, respectivamente, o processo ou controle encontra-se não estruturado e padronizado, sendo gerido de forma desorganizada, ou apresenta-se padronizado localmente, porém, inexistindo treinamento e comunicação de modo formalizados.

Os editais, e seus respectivos anexos, elaborados pela FUB divergem dos normativos que regem as contratações públicas, em especial os que visam à contratação de prestação de serviços terceirizados, notadamente, a Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008. Tais fatos foram detectados por meio da atividade intitulada “Análise Preventiva de Editais”, executada ao longo do exercício de referência desse Relatório de Gestão. A atuação da AUD ao longo do exercício, registradas em notas de auditoria; notas técnicas; e atas de reunião, resultou em melhora parcial dos editais subsequentes, entretanto, os termos de referência ainda carecem de ajustes no que se referem à definição do objeto e observância aos requisitos legais para a sua elaboração, dificultando a elaboração das propostas.

As ações voltadas para avaliação de controles internos evidenciaram que as unidades



auditadas não possuem mapeamento de seus processos, tanto os principais quanto os acessórios; não possuem controles internos satisfatórios, de modo a permitir ou resguardar o atingimento de seus objetivos; e não realizam a gestão de risco em suas atividades. Esse quadro situacional repercute nos princípios da eficiência, eficácia e economicidade administrativa. A falta de experiência dos novos servidores e a falta de uma estrutura física da FUB com o propósito de orientar e coordenar a implantação dos controles internos administrativos nos Centros de Custos que compõem a sua estrutura podem justificar os níveis de controle interno identificados pela auditoria interna quando da realização de suas ações de controle.

Em que pese esse cenário, percebe-se da Alta Administração esforços na busca de melhoria dos controles internos e, conseqüentemente, uma gestão gerida com mais eficiência, eficácia e economicidade. É um processo lento, de transformação, de mudança de comportamentos, em que se observam alguns resultados, como por exemplo, a melhoria da qualidade de ensino; a redução de gastos com serviços terceirizados, em que se busca a contratação de serviços com base em acordos de níveis de serviços; a redução do custo por aluno; e a substituição dos empregados precarizados por servidores concursados, dentre outros.

A falta de uma gestão de riscos e, conseqüentemente, a adoção de controles internos administrativos pela FUB reside na falta de um setor específico que, ao receber as diretrizes da alta administração, oriente e trabalhe na implementação da gestão de riscos e de controles internos junto às unidades que compõem a estrutura dessa Instituição de ensino.

Quanto à gestão de riscos, para 2016 está prevista a realização de palestras e workshops sobre essas temáticas. Essa iniciativa da AUD conta com o apoio da alta administração da FUB. O objetivo macro dessa empreitada é conscientizar gestores e demais servidores acerca de sua importância para o atingimento das metas/objetivos propostos no planejamento estratégico da FUB para determinado período.

Em relação aos novos servidores, estes devem realizar ações de capacitação voltadas para que a realização de suas atividades esteja alinhada com os normativos legais que regulamentam o seu exercício, bem como a jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU, de modo a alcançar a eficiência administrativa.



IV - DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA REALIZADOS SEM PREVISÃO NO PAINT

Foram realizados dois trabalhos de auditoria que não estavam previstos no PAINT de 2015, os quais resultaram na expedição das Notas Técnicas nº 01/2015 e 03/2015.

A Nota Técnica nº 01/2015 tratou da avaliação de controles internos da Coordenadoria de Transportes (CTR), unidade subordinada à Prefeitura do *Campus* (CTR), sob o enfoque do gerenciamento do item pneus. Esta ação foi motivada em decorrência da Ordem de Serviço nº 20141261, materializada em Relatório de Auditoria de mesmo número, que identificou relevantes aquisições realizadas por meio do Pregão Eletrônico SRP nº 723/2013, as quais totalizaram R\$ 434.338,83 e 1.213 pneus adquiridos, segundo consulta efetuada em 18/03/2015 ao site Comprasnet.

Como resultado dessa ação, identificou-se risco de interrupção de atividades relativas ao serviço transporte da FUB, em decorrência da ausência de controles para o registro de entrada de materiais, inclusive pneus, no almoxarifado da CTR; da inexistência de níveis de estoque para cada item estocado; e da pouca participação das Unidades hierarquicamente superiores no acompanhamento gerencial das atividades da CTR.

A segunda Nota Técnica teve por objetivo complementar a auditoria de conformidade realizada por meio da Ordem de Serviço nº 20141261, uma vez que a mencionada Ordem de Serviço não apresentou como escopo a análise da fase licitatória, e identificou-se quando de sua execução a necessidade de preencher essa lacuna em virtude da fiscalização *in loco* no recebimento de pneus, em que se identificou o recebimento de pneus em desconformidade com as condições do edital, em especial, quanto à qualidade, vez que não se enquadravam na qualidade de 1ª linha, e à marca, que não se coadunava à constante da proposta de preços. .

O resultado dessa ação foi o de que a empresa vencedora do certame apresentou proposta contemplando pneus da linha econômica, em divergência com o que estabelece o termo de referência que exige pneus de 1ª linha, e não foi desclassificada pelo pregoeiro, o que resultou em irregularidade; e de que nenhuma das empresas que se lograram vencedoras em seus itens apresentaram as duas certificações, INMETRO e do IBAMA, conforme exigência editalícia e do termo de referência.

V – RELAÇÃO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA PREVISTOS NO PAINT NÃO REALIZADOS

No exercício de 2015 foram previstas 3 (três) ações de auditoria que não foram realizadas e 1 (uma) ação que não foi concluída. A seguir serão apresentadas para cada uma delas as respectivas justificativas para a não realização e finalização/conclusão.

- **Verificação da composição do Relatório de Gestão quanto à sua aderência às normas regulamentadoras do TCU.** Esta ação não foi realizada devido à nova sistemática adotada pela FUB em que toda a responsabilidade sobre a composição do Relatório de Gestão está concentrada no Decanato de Planejamento (DPO). Devido a esse fato, a Auditoria Interna avaliou que não seria necessária mais uma ação específica de auditoria para avaliar a composição do documento.



- **Avaliação da estrutura administrativa e dos procedimentos de controle estabelecidos na Faculdade Planaltina.** Em virtude do aumento de horas previstas para a realização de algumas ações de auditoria e da realização de ações não previstas no PAINT 2015, não foi possível utilizar as horas programadas para a realização dessa avaliação.

- **Análise dos processos de recomposição ao erário em folha, mediante análise do fluxo processual e avaliação de controles internos.** Tendo em vista a nova sistemática para avaliação da folha de pagamentos adotada pela Controladoria-Geral da União, mediante o “Sistema de Trilhas de Auditoria”, a qual atuou sobre o objeto dessa ação de auditoria, decidiu-se não realizá-la.

- **Análise dos processos de contratação de serviços terceirizados sob os aspectos da legalidade, eficiência, economicidade e de controles internos.** Para a execução dessa ação, verificou-se a necessidade de ampliar a amostra de processos de terceirização analisados, o que demandou o aumento de horas previstas para a sua conclusão. Ao todo, foram selecionados 30 processos, que versam sobre contratação com ou sem fornecimento de mão de obra. A previsão é de que o trabalho seja concluído em meados de 2016.

VI - DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE CAPACITAÇÃO REALIZADAS

As capacitações realizadas estão resumidas no quadro a seguir:

| Nome do Servidor | Curso Realizado | Período de Realização |
|----------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|
| Fernando Tarlei de Freitas | Banco de Dados – Access. | 06/04 a 15/04/2015 |
| | Gestão e Fiscalização de Contratos. | 12, 13 e 14/05/2015 |
| | Seminário – Como fiscalizar contratos de compras e Serviços na Administração Pública – Melhores práticas. | 24/07/2015 |
| João Luiz Domingues | 42º FONAITec – Capacitação Técnica das Auditorias do Ministério da Educação. | 08/06 a 11/06/2015 |
| | A Desoneração da Folha de Pagamento e a Repercussão na Planilha de Custos e Prestação de Serviços: Repactuações, Reajustes e Revisões. | 30 e 31/03/2015 |
| Kellen Gomes de Souza Almeida Padrones | Seminário de Sanções Administrativas Aplicáveis às Modalidades da Lei nº 8.666/93 e Pregão na Administração Pública. | 19/06/2015 |
| | Seminário – Como fiscalizar contratos de compras e Serviços na Administração Pública – Melhores práticas. | 24/07/2015 |
| | 43º FONAITec – Capacitação Técnica das Auditorias do Ministério da Educação. | 23 a 27/11/2015 |



| Laura Fernanda Dias Ribeiro | 43º FONAITec – Capacitação Técnica das Auditorias do Ministério da Educação. | 23 a 27/11/2015 |
|----------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------|
| | Planejamento, gestão e fiscalização de contratos e serviços. | 08 a 17/09/2015 |
| Nome do Servidor | Curso Realizado | Período de Realização |
| Leonardo Lima Monteiro | Seminário de Sanções Administrativas Aplicáveis às Modalidades da Lei nº 8.666/93 e Pregão na Administração Pública. | 19/06/2015 |
| | Seminário – Como fiscalizar contratos de compras e Serviços na Administração Pública – Melhores práticas. | 24/07/2015 |
| | Gestão e Fiscalização de Contratos. | 12, 13 e 14/05/2015 |
| Luciana Maria Oliveira Cortinhas | XII Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas. | 16/03 a 20/03/2015 |
| | 42º FONAITec – Capacitação Técnica das Auditorias do Ministério da Educação. | 08/06 a 11/06/2015 |
| | Seminário de Sanções Administrativas Aplicáveis às Modalidades da Lei nº 8.666/93 e Pregão na Administração Pública. | 19/06/2015 |
| | 43º FONAITec – Capacitação Técnica das Auditorias do Ministério da Educação. | 23 a 27/11/2015 |
| | Seminário – Auditoria Interna do Poder Executivo Federal. | 20/11/2015 |
| Thiago Ferreira Sardinha | A Desoneração da Folha de Pagamento e a Repercussão na Planilha de Custos e Prestação de Serviços: Repactuações, Reajustes e Revisões. | 30 e 31/03/2015 |
| | Seminário de Sanções Administrativas Aplicáveis às Modalidades da Lei nº 8.666/93 e Pregão na Administração Pública. | 19/06/2015 |
| | Seminário – Como fiscalizar contratos de compras e Serviços na Administração Pública – Melhores práticas. | 24/07/2015 |

VII - DESCRIÇÃO DOS FATOS RELEVANTES QUE IMPACTARAM POSITIVA OU NEGATIVAMENTE NOS RECURSOS E NA ORGANIZAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA E NA REALIZAÇÃO DAS AUDITORIAS

No início de 2015, a AUD aumentou seu quadro para 06 (seis) servidores em virtude da redistribuição da servidora do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), sendo que a elaboração do PAINT levou em consideração 05 (cinco) servidores. O aumento quantitativo de servidores na AUD não repercutiu, diretamente, no aumento da produtividade, vez que a



nova servidora não dispunha de experiência anterior na área de auditoria, vez que atuava na Diretoria de Contabilidade do IFRJ, tendo em vista a sua formação acadêmica. Em agosto desse mesmo ano, também ingressou mais uma servidora por redistribuição, advinda do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), entretanto, devido à falta de experiência anterior na área de auditoria, a servidora foi designada para treinamentos externos e internos e trabalhos de apoio às atividades de auditoria.

Outro fato relevante foi que em 2015 a AUD não foi regida por regimento internos ou normas que regulamentassem suas atividades. No entanto, há previsão para que em 2016 seja submetido à aprovação pelo Conselho Superior (CONSUNI) a minuta de estatuto que se encontra em fase final de revisão pelo Auditor-Chefe.

Cabe ressaltar ainda que algumas iniciativas da Auditoria Interna foram bem recebidas pelos gestores da instituição, como a reunião de busca conjunta de soluções; os trabalhos voltados especificamente para a avaliação de controles internos; e a análise preventiva de editais.

A reunião de busca conjunta de soluções foi uma medida adotada por esta Unidade para aumentar o diálogo com as unidades auditadas. Nessa ocasião, são discutidos os pontos observados pelos trabalhos de auditoria de maneira a permitir uma maior possibilidade de cumprimento das recomendações exaradas.

Quanto às avaliações de controles internos realizadas, por sua natureza, também foram bem recebidas, tendo em vista a dificuldade de aperfeiçoamento desse tema dentro desta Instituição.

A análise preventiva de editais está gerando frutos em 2016, haja vista a melhoria na elaboração dos editais publicados, no entanto o termo de referência ainda carece de avanços em sua formulação. Para tanto, foi agendado para o início de maio treinamento organizado pela DCO acerca dessa temática para os interlocutores e servidores envolvidos na elaboração desse documento. O curso será ministrado pelo Auditor Chefe, tendo em vista ser facilitador desse tema na Escola Nacional de Administração Pública.

Como fato negativo, pode-se citar a pouca experiência da equipe de auditoria na realização das ações previstas no PAINT, o que gera, muito das vezes o prolongamento da realização das atividades além do planejado, quer seja do próprio trabalho de campo ou em decorrência das revisões dos relatórios produzidos, gerando retrabalho acima do esperado. Mas tal fato, será suprido em 2016 com ações de capacitação, formação de equipes e elaboração de planejamento das ações de controle mais detalhado, orientando de forma direta a execução dos trabalhos.

VIII – RECOMENDAÇÕES EMITIDAS E IMPLEMENTADAS NO EXERCÍCIO

As ações de controle realizadas pela AUD que originam a expedição de recomendação, quer seja após a emissão do relatório de auditoria, versão definitiva; nota de auditoria; ou nota técnica compõe o PPP, o qual condensa todas as recomendações emitidas.

Os controles ocorrem por meio de planilha de Excel em que se registram diversas



informações, tais como o número do relatório que originou a ação de controle; a descrição da constatação e as respectivas recomendações; a manifestação da unidade auditada; a análise da AUD e o respectivo posicionamento; o prazo para implementação; e o status do item, para fins de controle.

A partir do vencimento do prazo acordado com a unidade auditada para implementação da recomendação, é iniciada ação de controle com o propósito único de verificar se a recomendação foi atendida. Esta ação é registrada na planilha de controle e, posteriormente, comunicada a referida unidade o posicionamento da AUD acerca da avaliação realizada.

Em relação às quantidades de recomendações atendidas e não atendidas, foram expedidas 87 (oitenta e sete) recomendações advindas da expedição dos trabalhos realizados, das quais 26 (vinte e seis) foram atendidas, 21 (vinte e uma) não foram atendidas e 40 (quarenta) dependem de teste de auditoria.

IX – BENEFÍCIOS DECORRENTES DA ATUAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

Os benefícios decorrentes de nossa atuação podem ser definidos como financeiros ou não financeiros. Quanto aos benefícios financeiros, não houve realização de ação de controle que pudesse refletir de forma direta na recuperação de recursos financeiros ou identificação de danos ao Erário. Em relação aos benefícios não financeiros, pode-se citar a melhoria operacional das unidades auditadas, a partir da realização das atividades de análise preventiva de editais e das relacionadas à avaliação de controles internos. Contudo, a Auditoria Interna ainda não possui metodologia para aferição dos benefícios decorrentes de sua atuação junto aos setores e unidades que compõem a estrutura da FUB.

Em, 29/02/2016.

Thiago Ferreira Sardinha
Auditor-Adjunto da Auditoria Interna/FUB
Matrícula FUB 1043498

Apreciado por:

Ivan Marques de Toledo Camargo
Reitor